

Quem vai para a rua? Onde? E por quê?

WASHINGTON
NOVAES

Redes sociais estão convocando manifestação em que esperam reunir “mais de 1 milhão de pessoas” na Avenida Paulista, em São Paulo, para exigir a “demissão de toda a classe política” e o fim do financiamento a partidos políticos, entre muitas outras reivindicações. Não há data marcada ainda, mas já se pergunta que apoio social terá e se isso aponta para um ano de 2015 conturbado. Difícil responder, principalmente diante da alta probabilidade de que as reações sociais no ano que vem tendam a ser diferenciadas por regiões, por estratos sociais, considerando os formatos em que estiveram inseridos este ano seus integrantes – mais ou menos emprego, mais ou menos renda, principalmente. E tentando imaginar em que se poderá traduzir o compromisso público da presidente da República (**Estado**, 7/11) de que em 2015 “vamos fazer uma política de inflação que leve em conta o fato de que não vamos desempregar neste país”.

Prognósticos que vêm sendo estampados na comunicação apontam para um crescimento econômico entre 3% e 3,5% no mundo, enquanto para o Brasil esperam algo pouco acima ou pouco abaixo de 1%. Como sinais negativos se lembra que a Alemanha há pouco reduziu sua projeção de crescimento econômico para 2014 e 2015 por causa de demandas mais fracas neste momento na zona europeia e nos “países emergentes”, além de crises geopolíticas (15/10). Mas a projeção do produto interno bruto dos Estados Unidos está aumentando (4,6% em 2015), assim como sua taxa de emprego e taxa de juros próxima de zero – com a ONU prevendo no panorama global crescimento econômico de 2,7% este ano, ante 2,3% em 2013. O Banco Mundial admite até expansão maior (3,2%).

Há quem siga por outras verdades, como as que focaliza o livro *Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty, que não vê alternativas para os dramas de hoje fora da taxação sobre o capital, pois este responderia pelo centro dos problemas globais, com remuneração da riqueza subindo mais que o crescimento econômico e concentrando a renda sob todos os aspectos. A Organi-

zação para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico de certa forma entra pelo mesmo caminho ao relembrar em estudo (1/10) quanto a desigualdade no mundo cresceu entre 1820 e 2010. É corroborada pelo Boston Consulting Group (*Folha de S. Paulo*, 10/6), segundo o qual o número de milionários no mundo subiu para 16,3 milhões no ano passado. E aí se incluem instituições de gestão de fortunas e bancos voltados para a alta renda, que cresceram 14,6% entre 2010 e 2013, passando de US\$ 132,7 trilhões para US\$ 152 trilhões (cerca de 60 vezes o PIB total brasileiro). Os Estados Unidos teriam 7.135 entre os mais ricos, seguidos por China (2.918), Japão (1.240), Grã-Bretanha (513), Suíça (435) e Ale-

Há muitas questões que mexem com a sociedade hoje e apontam para um ano de 2015 conturbado

manha (306). O Brasil não estaria entre os 15 “maiores”. São dados um pouco diferentes dos que divulga (**Estado**, 18/9) o Banco UBS, para quem o Brasil tem 61 bilionários, com o total de US\$ 182 bilhões, e está entre os “10 mais da elite econômica do mundo”, que inclui pessoas com mais de US\$ 1 bilhão.

Mas há outros indicadores, como o de que os países “desenvolvidos”, com menos de 20% da população mundial, consomem quase 80% dos recursos naturais de todo o planeta e contribuem fortemente para a crise de sobreconsumo. Ou para a crise social, com 800 milhões de pessoas passando fome e 40% da humanidade vivendo abaixo da linha de pobreza (US\$ 2 diários). O caminho, dizem vários analistas, estaria em valorizar o capital em recursos naturais, que está quase todo nos países fora do mundo desenvolvido, e não recursos financeiros.

Embora pareça evidente que nossas políticas governamentais têm apoio forte, principalmente no Nordeste, Norte e Minas Gerais, e as taxas de emprego contribuam muito para isso, diz o Ipea (**Estado**, 6/11) que pela primeira vez em uma década aumentou (0,4%) em 2013 o número de pessoas incluídas na faixa de pobreza extrema, que assim teria crescido para 4%. São mais 370 mil pessoas que

recebem menos de R\$ 70 por mês. E com isso chegamos a 10,45 milhões de pessoas nessa faixa (eram 26,4 milhões em 2004). Se a elas somarmos os beneficiários do Bolsa Família e os que vivem em suas casas, vamos chegar a 50 milhões, um quarto da população total. Não surpreende, assim, que o índice de Gini, que mede as desigualdades na nossa renda, esteja “estagnado desde 2011”. Parece influenciado por nossas políticas públicas, excetuada a do salário mínimo (Instituto Geodireito, 23/10).

E pode haver complicadores novos, com a queda de preços de commodities, inclusive soja, que perdeu 26% em 12 meses, petróleo e minério de ferro, que respondem por 30% das vendas externas. Produtos primários vêm sendo o item forte na balança, já que manufaturas também têm perdido espaço. O superávit na balança pode ficar em US\$ 2,5 bilhões este ano, quando chegou em 2006 ao recorde de US\$ 46 bilhões. Parece claro que há migração de parte dos investidores externos, das commodities para títulos públicos nos Estados Unidos.

Na área da pequena ou baixa renda, a taxa de desempregados caiu aqui para 6,8% no segundo trimestre e em um ano foi criado 1,5 milhão de vagas. O avanço maior foi na geração de trabalho com carteira assinada, mais 10,4%. E 1,8 milhão de pessoas migraram para a formalidade no trabalho. Mas 70% das empregadas domésticas continuam na informalidade. Segundo vários analistas, entre eles Marcel Caparoz, da RC Consultoria, e João Sabóia, do Instituto de Economia da UFRJ, há certa tendência à reversão no quadro, observada já no segundo semestre deste ano. De qualquer forma, o rendimento médio mensal dos ocupados no País está em R\$ 2.067,10 (FP, 24/10). E em setembro perderam-se 59 mil postos na indústria, que tem 3,4 milhões de pessoas ocupadas, embora tenha perdido 200 mil desde meados do ano passado.

São esses alguns dos muitos ângulos que mexem com a sociedade neste momento. Como reagirá ela neste final de ano e começo do próximo?

*
JORNALISTA
E-MAIL: WLRNAVES@UOL.COM.BR